

ADEQUAÇÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Lavínia Conceição Wanderley ¹
Thaynara Sousa Silva ²

RESUMO

O presente artigo foi elaborado com a finalidade de trazer uma breve ponderação sobre o que vem a ser a adequação curricular sob a perspectiva da educação especial, sobretudo, analisa também um recurso muito importante dentro da educação especial, a sala de recursos e como esse recurso é utilizado em sala de aula. Desse modo, para além da teoria, o trabalho conta com relatos de experiências vividas dentro da sala de recursos. Compreendendo as salas de recursos uma importante ferramenta para a inclusão, o caminho até aqui delineado por este artigo consiste em teorização e prática, seu objetivo geral consiste em analisar a relevância e a concretização das adequações curriculares sob a ótica dentro das salas de recursos. Para tanto foi feita uma pesquisa de campo, cuja método de coleta de dados foi através de uma entrevista com uma professora da área de Educação Especial e também consistiu em observação para apreender as riquezas de detalhes advindas do ambiente que foi pesquisado para se refletir a nuance entre o real vivido e real pensado, as salas de recursos em teoria e na prática. Esta pesquisa é cunho bibliográfica e de pesquisa de campo cujas referências se encontram nos trabalhos de Mazzotta (2011), Braun e Vianna (2011), Marques e Duarte (2013) e Mantoan e Santos (2010).

Palavras-chave: Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncionais, Currículo, Adequação.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi escrito baseado em buscas por respostas que surgiram ao decorrer de aulas das disciplinas de Teorias do Currículo e Educação Especial do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Onde foi proposto de forma interdisciplinar a visitação em escolas do município de Imperatriz/MA a quais possuem salas de recursos, para que além da teoria que são estudadas nos livros, nos pareceres, nas leis e nas diretrizes, os discentes pudessem observar de que forma ocorrem a inclusão dos alunos, a formação do currículo escolar, e a dinâmica das salas de recursos destinadas ao atendimento educacional especializado.

Nesta perspectiva, foram realizadas duas visitas nos dias 02 e 19 de agosto de 2022 a uma sala de recursos, em uma escola da rede municipal, onde observamos a estrutura da escola,

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) - MA, laviniaaw491@email.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) - MA, thaysousa0107@email.com;

a formação do professor, a relação dos alunos com os docentes e demais participantes do corpo escolar. Foram utilizadas gravações de áudio e escrita em papéis, para um melhor e mais completo registro do que foi documentado nos dois dias observados.

São muitos os desafios enfrentados na luta de inclusão no âmbito escolar, mas uma grande conquista que houve, e que é inegável neste percurso, são as salas de recursos, que em especial fazem 12 anos de implementação no município de Imperatriz neste ano de 2022. Alvez (2012) assinala que ao promover uma maior democratização do acesso ao ensino inclusivo, identifica-se o público-alvo da educação especial. A implementação dessas salas de recurso são um marco que auxilia na diminuição do grande desafio que há em nossa sociedade em relação a uma educação para todos.

A constituição Federal de 1988, artigo 205, estabelece a educação para todos. Através da educação de acordo com Mantoan e Santos (2010) busca-se alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Mas será que de fato isto acontece no chão da escola? Temos a teoria, mas como de fato ocorre na prática?

A experiência de imersão no cotidiano escolar, especialmente no contexto do ensino inclusivo e nas salas de recursos da Educação Especial, revelou-se incrivelmente enriquecedora. Essa vivência contribuiu significativamente para o aprimoramento não apenas do nosso currículo acadêmico, mas também enriqueceu nossa bagagem pessoal. Observamos de maneira evidente a distância entre teoria e prática, reconhecendo, no entanto, que estamos trilhando o caminho adequado para aproximar essas duas dimensões.

a discussão que se seguirá, destaca-se a relevância da Educação Especial, em especial, através das Salas de Recursos Multifuncionais, no contexto do Sistema Educacional Brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão que se seguirá, destaca-se a relevância da Educação Especial, em especial, através das Salas de Recursos Multifuncionais, no contexto do Sistema Educacional Brasileiro.

2.1 Da Educação Especial As Salas De Recursos Multifuncionais

O Sistema Educacional Brasileiro é dividido em níveis de ensino educação básica e educação superior e possui modalidades, uma dessas modalidades é a Educação Especial. Essa modalidade da educação consiste em dispor de forma organizada a concretização de uma parte daquilo que se estabelece na constituição federal de 1988 disposto no artigo 205 como *educação*

para todos, e a inclusão das pessoas com deficiência dentro do sistema de ensino, sobretudo, dentro das salas de aulas regulares. De acordo com Mazzotta (2011) “mesmo quando entendida como modalidade de ensino, via de regra alvo de abordagem tecnicistas reducionistas, a educação especial tem sido definida como simples opção de métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais.”. Isso traz à tona a necessidade que se há de se pensar e estudar e refletir a educação especial em seu âmbito mais simples e mais plural. A cada dia que se passa nota-se a urgência que se há de mais educadores especializados nessa área, pois com o acesso a informações torna-se evidente que há uma demanda sugestiva para a formação e especialização de mais educadores dessa área.

Para se constituir o que temos hoje como Educação Especial houve um longo caminho que precisou ser traçado, com tentativas que fossem de forma oficiais ou particulares, pois nem sempre as pessoas que necessitam dessa modalidade de ensino tiveram suas necessidades atendidas ou até mesmo levadas em consideração. Dentro dessas tentativas de se elaborar uma educação que visava atender às necessidades educacionais das pessoas com deficiência foram criadas legislações e normas tanto dentro da educação como de um modo geral que tinham com o objetivo garantir direitos educacionais, civis e sociais para esse público. Conforme destaca Mazzotta (2011) o progresso da educação especial se dá em dois períodos que se caracterizam em “iniciativas oficiais e particulares” que são do período de 1855 a 1956 e em “iniciativas oficiais de âmbito nacional” do período de 1957 a 1993. O primeiro período que aqui se refere trata-se dos primeiros passos que se deram para o atendimento educacional especializado, a exemplo disso temos a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Sobre isso:

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiências teve seu início, no Brasil, na década de 1950 do século XIX. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data através do Decreto Imperial n. 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*. (Mazzotta, 2011, p. 28)

Além desse instituto a educação especial percorreu longos caminhos onde foram criadas diversas instituições voltadas somente para o atendimento das pessoas com deficiência. O segundo período mencionado acima é um marco para essa modalidade educacional pois é quando o governo de fato passa a se manifestar de forma oficial assumindo sua responsabilidade em relação ao atendimento educacional para as pessoas com deficiência.

[...] Neste segundo período fica evidenciada a ação governamental no final dos anos cinquenta, instituindo campanhas específicas para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, visual e mental. Foi nesse período que a educação especial apareceu na política educacional brasileira. (Mazzotta, 2011, p. 221).

É a partir desse momento que se passa a constituir de forma governista diretrizes mais elaboradas para esse público. Dentro dessas iniciativas governistas temos o Parecer que é um documento que visa analisar uma dada situação, cabe aqui especificamente citar o Parecer CNE/CEB nº 17/2001, pois foi um documento importante que tratava especificamente dos direitos da pessoa com deficiência. Além de tal documento há outras iniciativas governamentais que tratam, não especificamente do direito dessas pessoas, mas que trazem essa questão dentro de si.

Vale aqui ressaltar que a educação voltada para as pessoas com deficiência é fundamentada em três princípios bases que são *a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania* conforme o Parecer CNE/CEB nº 17/2001. Tendo em vista a pluralidade e a diversidade humana, a Educação Especial não se limita de forma unilateral e nem deve ser assim, ela precisa ser plural para que seus fins sejam efetivados. E para que tal objetivo seja alcançado, há ainda, dentro da educação especial uma outra substância que a complementa que é o Atendimento Educacional Especializado AEE.

2.2 O Currículo E A Educação Especial

As adequações curriculares são meios que contribuem para as aprendizagens dos alunos, e se fazem necessárias em todo o âmbito escolar. Uma vez que, a escola é um lugar plural, onde cada aluno tem suas especificidades, e por meio destas adaptações e adequações, o ensino se torna cada vez mais acessível a todos. Desse modo, podemos definir as adequações curriculares como “respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos, e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais” (MEC/SEESP, 2000). Mas quais seriam então os desafios do currículo na Educação Especial?

Trataremos primeiro do que vem a ser o currículo. De acordo com Pacheco (2005, p.33) currículo é "um projecto que resulta não só do plano das intenções, bem como do plano da sua realização no seio de uma estrutura organizacional". Ou seja, currículo é o que norteia não somente a teoria, mas também a sua prática. Desse modo, destacamos que:

O grande desafio da escola, e portanto, da educação especial é contrapor ao modelo sustentado pela lógica da homogeneidade para construir um currículo inclusivo, comum que atenda a todos e que considere a diversidade, como resposta democrática e tolerante à pluralidade cultural [...]. Pensar um currículo de abordagem inclusiva é considerar os diferentes espaços-tempos da escola como essenciais no processo de ressignificação das práticas educativas. Dos diferentes aspectos que precisam ser notados na construção

de um currículo inclusivo destacamos: a colaboração entre profissionais do ensino comum e da educação especial, um trabalho colaborativo [...] (Secretaria De Estado Da Educação, 2009, p. 39).

É de acréscimo que, são inúmeros desafios os quais são impostos para que se concretize uma Educação Especial de qualidade, além do preconceito, falta de conhecimento acerca, falta de recursos, temos o distanciamento do professor da classe comum com o das salas de AEE, como já foi citado. Ou seja, as adaptações curriculares não podem somente se limitar a questões educacionais, pois está inclusa, engloba o todo e o social. Desse modo, algumas mudanças fazem-se necessárias neste currículo, a qualificação e a integração entre professores, as adaptações do projeto político pedagógico (PPP) que inclua todos os alunos matriculados na escola, o uso da tecnologia (os quais veremos que são de suma importância nas salas de AEE), novas formas de avaliar estes alunos, ou seja, avaliações acessíveis, a busca por uma escola livre de preconceitos, trabalho este que pode ser feito por meio de palestras e outros recursos, uma ligação direta entre a família e a escola. Assim, a adaptação curricular é necessária para permitir aos alunos com deficiência um caminho para alcançar os conteúdos curriculares e para que se torne possível é necessário o trabalho em conjunto dos profissionais envolvidos na educação (Marques; Duarte, 2013).

3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: TEORIA E PRÁTICA

Diante da temática e em vista da necessidade de se experimentar o real vivido é que se foi construída a experiência da qual se trata esse tópico. Foram realizadas duas visitas a uma escola da rede educacional municipal do município de Imperatriz-MA nos dias 02 de agosto de 2022 e 19 de agosto de 2022. A visita foi delineada com a objetividade de observar e fazer comparações daquilo que se estabelece como o ideal mediante a teoria e o real na prática. Cabe aqui ressaltar que o ponto relevante dessa pesquisa se concretizou dentro da sala de recursos, instrumento utilizado na modalidade de ensino AEE, mas também buscou-se analisar a escola como um todo e não uma fragmentação dela, tendo em vista levar em consideração o contexto da sala de recursos.

Para além da análise entre o vivido e o pensado e suas interações, a pesquisa busca compreender o currículo a nível das adequações com o objetivo de se chegar aos fins da educação especial. A escola escolhida para tal pesquisa, aqui não será citado o nome por razões legais, é uma das instituições educacionais que possuem sala de recursos. E nesse caso, diferentemente de algumas específicas escolas, está só possui uma sala de recursos. Durante o período de elaboração do assunto a ser pesquisado havia a premissa do que viria a ser a

adequação curricular para a educação especial, sobretudo dentro da sala de recursos, com o percurso da observação há de distinguir como se ocorre ou se há de fato uma adequação curricular dentro da sala de recursos.

Já é de conhecimento coletivo a importância da educação especial e do atendimento educacional especializado, para as pessoas que compreendem o papel da educação essa compreensão se faz ainda maior em relação ao atendimento educacional especializado. Tendo em vista que “o princípio democrático da educação para todos só se valida nos sistemas educacionais que, de fato, acolhem todos os alunos”. (Mantoan, Santos, 2010, p. 09).

3.1 O Campo De Pesquisa E Seus Partícipes

Para a elaboração da pesquisa foi entrevistada uma professora da Educação Especial, especificamente da sala de recursos, com a formação inicial em pedagogia, e com a formação continuada em especialização em atendimento especial especializado (AEE) e em neuropsicopedagogia, com mais de 30 anos de experiência no âmbito de ensino escolar, e mais de 10 anos na área de Educação Especial, a mesma faz-se presente nas salas de recursos desde a abertura de tais recursos na cidade de Imperatriz/MA, membra efetiva da escola em que exerce sua profissão, por meio de concurso público. A colaboração da professora da sala de recursos juntamente com a professora da sala de aula regular se dá de forma natural, sem muitas formalidades e combinações de recursos, pois conforme a professora da sala de recursos o processo de ensino está interligado com o da sala de aula regular, tendo em vista que a sala de recursos busca satisfazer as necessidades educacionais que o aluno com de deficiência ou não possa apresentar.

A sala de recursos por ter caráter que busca atender as necessidades educacionais específicas dos indivíduos que precisam desse recurso não possui um currículo próprio. Segundo a professora cada aluno é avaliado conforme as necessidades que apresentem e a partir disso irá ser trabalhado em cima da dificuldade específica de cada aluno. Nos relatos dados pela professora a família em sua grande maioria se manifesta de forma proativa para participar de quaisquer envolvimento necessários durante esse processo de atendimento ao aluno, seja levando-o no contraturno, nas conversas com a professora entre outras formas de participação. No entanto, nem todas as famílias conseguem se manter da mesma forma, como é o caso de famílias com baixa renda que não possuem muito tempo para participar ativamente da vida escolar de seus filhos ou filhas. No caso de educandos que não podem participar da sala de

recursos e necessitam desse atendimento, conforme o relato da professora, alguns são atendidos em seu horário da sala de aula regular, mas essa circunstância é somente para casos específicos.

O cenário de campo observado, uma escola do centro da cidade de Imperatriz/MA, com uma bela infraestrutura em seu entorno. Localizada em um edifício público, a escola possui uma boa conservação, nos dias observados, a mesma sempre esteve bem limpa, tanto em sua área interna, como externa. As dependências onde é feita a merenda escolar é de fácil acesso a todos, bem equipada, porém em um espaço não tão grande, há vários banheiros na escola, inclusive, adaptados às pessoas com deficiência. As salas de aula, bem como a sala de professores são bem equipadas, todas com ar-condicionado e carteiras novas. O espaço para as crianças brincarem é infelizmente, quase inexistente, não há quase espaço ao ar-livre.

A sala de recursos da escola pesquisada atende um número significativo de alunos, tanto da própria escola como alunos de outras instituições, ou até mesmo alunos com idade avançada demais para serem matriculados em alguma rede de ensino básico do município. Conforme a educadora entrevistada as salas de recursos têm um limite de atendimento que seria de 4 pessoas, vale ressaltar que o horário de atendimento tem a duração de 1 hora, mas se for em grupo até 2 horas. A quantidade do número de atendimento a esses alunos no decorrer da semana se dá conforme a disponibilidade tanto dos pais quanto dos alunos, pois como ressalta a professora, há o caso dos alunos que para além desse recurso também fazem fisioterapia, atendimento psicológico e outros atendimentos voltados para a saúde dos próprios. No total de alunos atendidos na sala de recursos dessa escola são 13, é válido pontuar que nem todos possuem laudo médico de deficiência, até porque há aqueles que é notória sem precisar de laudo, como é o caso da Síndrome de Down, pontua a professora.

3.2 Análise Das Observações, Reflexões Entre O Ideal E O Real Observado

A partir das observações feitas, pode-se elaborar um real entendimento do que é e como se caracteriza as salas de recursos. Infelizmente pelo limite de tempo não foi possível trazer uma experiência com riqueza de detalhes, mas o pouco do real vivido pôde contemplar o entendimento da dialética prática e teoria, real vivido e real pensado. A sala de recursos está para além de um mero recurso didático, pois é ali dentro que de fato se concretiza uma parte da educação, sobretudo, uma educação pautada na inclusão.

Nos casos da pesquisa, nenhum dos alunos possuía um plano de ensino individualizado feito formalmente, a concretização da intervenção pedagógica dentro da sala de recursos se dá conforme a necessidade do aluno, pontuou a entrevistada. Nesse caso, a percepção da

necessidade do aluno, das habilidades a serem desenvolvidas se dá por meio da observação. Mesmo que não haja um planejamento feito formalmente, a professora trabalha com cada aluno a objetivo desenvolver nele as habilidades que o mesmo precisa. Vale aqui, entretanto, pontuar algumas considerações sobre o planejamento de ensino individual:

Deve ser planejado com metas a serem atingidas a curto e a longo prazos, precisa contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar e da família de cada aluno. A intenção é otimizar a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e atitudes que favoreçam a inclusão acadêmica, social, e até laboral. (Braun; Vianna, 2011, p. 10)

Nota-se então mediante à prática os objetivos do plano de ensino individualizado se concretizam mesmo que este não o seja formulado formalmente. Mesmo que de forma não institucionalizada, há um planejamento focado somente no indivíduo dentro da sala de recursos, isso se faz evidente com as práticas educacionais que a educadora escolheu para cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado os expostos em relação à teoria e a prática, o presente trabalho percorreu uma área de pesquisa ainda pouco explorada, mas que têm uma grande importância dentro da educação, especificamente da educação especial. Durante esse percurso foi preciso compreender antes de tudo os pressupostos que tal tema implica. Perguntas como as tais *O que é Educação Especial? O que é currículo? Qual o papel do Atendimento Educacional Especializado? O que caracteriza as Salas de Recursos e qual a sua função para o ensino e o desenvolvimento dos educandos?* deram base para a elaboração da temática deste trabalho que consiste em entender, compreender e refletir o currículo mediante a educação especial e para além disso a sua adequação.

Tendo em vista que o currículo é vivo, pois é pautado de identidade, a adequação curricular é então emparelhar o currículo com a realidade vivida de cada sujeito que nele se encontra e dele precisa. Na educação especial esse território não se faz diferente do comum, pois dentro da área da educação especial entende-se que existe uma riqueza de pluralidade, fato esse que talvez faça da educação especial uma das áreas da educação que mais visa entender as particularidades do aluno. Existir essa pluralidade o currículo precisa incluir toda diversidade. Mas e quando a diversidade está além do que o currículo consegue abranger? As adequações curriculares se mostram uma excelente via para responder tal problema.

Para além de meros recursos didáticos a adequação curricular nessa perspectiva abordada, tem como proposta não somente democratizar o ensino, mas também de incluir

perspectivas de vida dentro dele, as especificidades de cada educando. Adequar o currículo ao aluno e não o aluno ao currículo tem sido uma das grandes tarefas da educação que visa incluir em seu meio de formação do sujeito não só a diversidade, mas também as particularidades respeitando a cultura e a identidade do educando.

Esmerando ainda mais essa noção da adequação curricular, pensando na educação especial, segue-se a mesma linha de raciocínio é preciso incluir as necessidades individuais e coletivas, especificamente nessa área, pois cada aluno terá mais evidenciada a questão de sua particularidade. Pensando nisso e nos instrumentos da educação e do atendimento educacional especializado, ver-se-á a questão das salas de recursos.

Por ser um ambiente multifuncional há abertura para se trabalhar nas especificidades de cada educando, nas necessidades e habilidades específicas a serem construídas. Para além das especificidades do educando há também a do educador, a forma como escolhe atuar dentro do currículo e para além dele consistirá em contemplar ou não a diversidade. Por conseguinte, se faz necessário que o educador reflita sobre sua prática pedagógica tanto dentro quanto fora das salas de recursos.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. J. MATSUKURA, T. S. **O uso de recursos de tecnologia assistiva por crianças com deficiência física na escola regular: a percepção dos professores.** Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar, 2012. v.20, n.3, p.381-392.

BRASIL, Ministério da Educação, (2000). **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.** Brasília, MEC/SEESP.

BRAUN, Patrícia; VIANA, Márcia Marin. **Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico.** Publicado em: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

MANTOAN; Maria Teresa Eglér, SANTOS; Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios.** São Paulo: Moderna, 2010.

MARQUES, Aline Nathalia; DUARTE, Márcia. O trabalho colaborativo: uma estratégia de ensino na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. **Revista de Ciências Humanas Frederico Westphalen**, v 14,n.23, p.87-103, 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ba92/5bc5a68045d4af472b314c73733c5d7a0e59.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2022.



MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no brasil: História e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CEB 17/2001**. Despacho do Ministro em 15/8/2001, publicado no Diário Oficial da União de 17/8/2001, Seção 1, p. 46.

PACHECO, José Augusto. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Currículo básico escola estadual: ensino fundamental - anos iniciais**. Vitória, 2009.